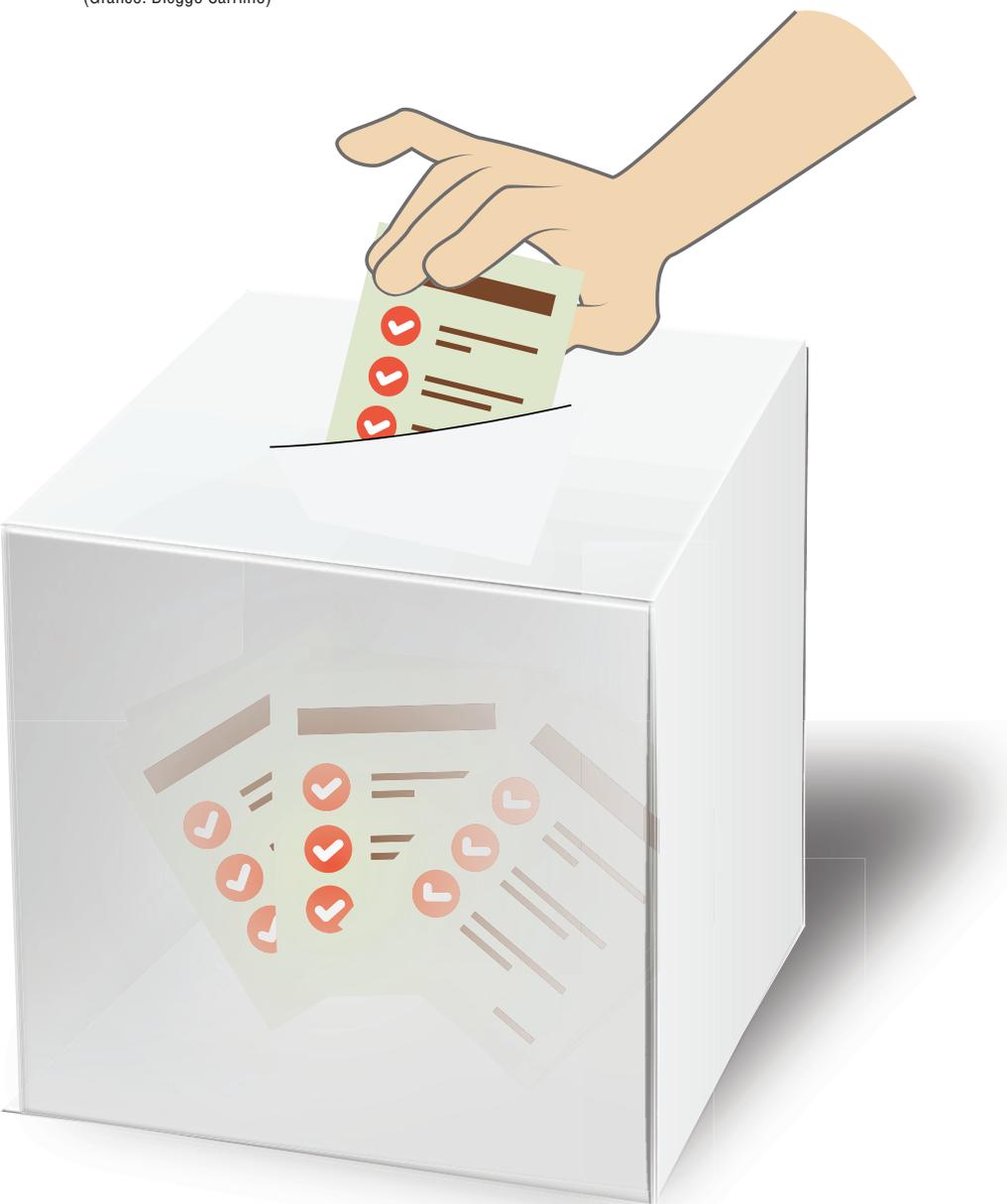


Uma afronta à estrutura republicana

(Gráfico: Diego Carrilho)

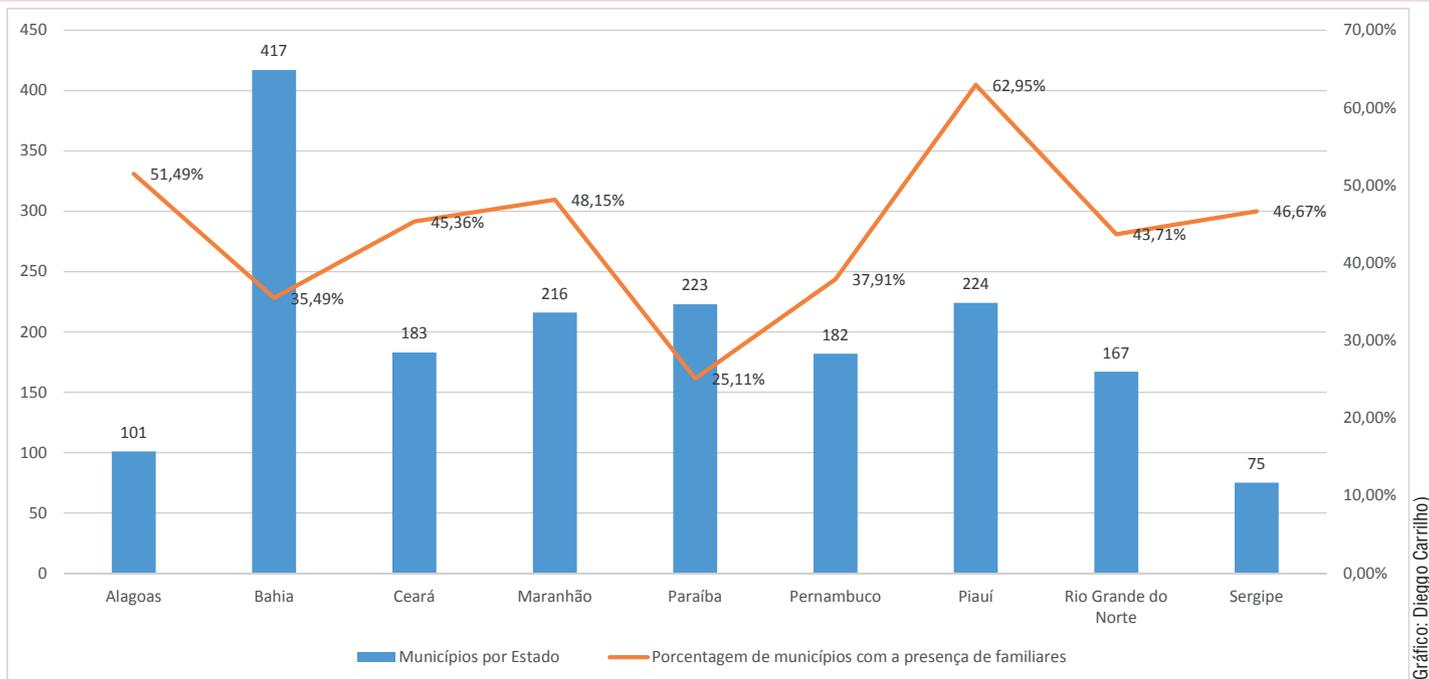


Clãs políticos aproximam o sistema de representação brasileiro das monarquias, nas quais a sucessão do governo é determinada pelo parentesco

Diogenes Barbosa

Estruturas políticas consideradas pelos especialistas como antir-republicanas são mantidas no Brasil, em pleno século XXI. É isso que constata uma pesquisa desenvolvida pelo cientista político Vanuccio Pimentel, professor da Faculdade Asces. O estudo, que envolve os nove estados do Nordeste, confirma a existência dos sistemas conhecidos como ‘clãs políticos’.

O levantamento, desenvolvido entre 2010 e 2014, contempla nada menos que 1.511 municípios da região. Nestas cidades, o pesquisador buscou identificar em quantas delas existiam familiares do prefeito em três das secretarias municipais: Educação, Saúde e Assistência Social. A escolha aconteceu de forma aleatória, respeitando a metodologia definida para a análise.



(Gráfico: Dieggo Carrilho)

Nos nove estados do Nordeste, a presença de familiares do prefeito nas três secretarias analisadas atingiu percentuais que variam de 25,11% (na Paraíba) a 62,95% (no Piauí)

O intuito foi resgatar o conceito de clã, buscando, inclusive, novas possibilidades de discussão sobre essas estruturas. “O conceito começava a ser utilizado de maneira equivocada. Há um relatório do Transparência Brasil que fala dos clãs políticos no Congresso. O argumento é que se você é deputado e tem um avô que foi prefeito nos anos 80, então você é de um clã. Sendo assim, nós teríamos os clãs dos professores, dos advogados, dos jornalistas. Este não é critério, porque a profissionalização familiar é normal. Clã é quando eu utilizo a administração pública para espalhar minha família e, a partir daquilo, retirar recursos para continuar no poder. É diferente”, contextualiza.

Os dados comprovam que o conceito de clãs políticos permanece muito presente no cenário atual. Nos nove estados do Nordeste, a presença de familiares do prefeito nas três secretarias analisadas atingiu percentuais que variam de 25,11% (na Paraíba) a 62,95% (no Piauí).

A pesquisa indica que municípios com uma população menor tendem

a concentrar essas estruturas. Por exemplo, no Piauí, que aparece na primeira posição da lista, 71% dos municípios são classificados como micro e outros 18% como pequenos. Somados, eles representam 89% das cidades daquele estado, onde 62,95% dos prefeitos possuem familiares em alguma das três secretarias analisadas.

E a análise se aplica a outras realidades. O Rio Grande do Norte, por sua vez, aparece com 59% de micro municípios e outros 24% classificados como pequenos. Na análise feita por Vanuccio Pimentel, o estado aparece com nada menos que 43,71% das cidades com a configuração política de um clã.

A realidade pode ser ainda mais grave. Utilizando outra metodologia, acredita-se que seria possível alcançar números ainda maiores. Isso porque os procedimentos metodológicos excluíram algumas cidades. O pesquisador defende que a institucionalização do processo político tende a ser informal nos lugares menos populosos. “Ele é muito pessoal”, define.

“Então não importa em qual partido você está, se tem partido ou não, importa a pessoa”, complementa.

“Em municípios pequenos, dá para você fazer isso em família. Em municípios maiores, não. Porque em municípios mais populosos, a fragmentação social é maior. Vão ter mais grupos sociais, será preciso negociar favores. Não dá para fazer isso somente com a família. À medida em que o município cresce, diversifica-se a estrutura social dele. Torna-se menos relevante esse tipo de estrutura familiar. Torna-se menos eficiente. E o candidato realmente precisa ir para uma disputa institucional”, complementa.

Essas estruturas existentes no país são muito peculiares, explica. “O federalismo é altamente descentralizado; legislação eleitoral, altamente permissiva. Então são características próprias, que admitem isso. Existe alguma coisa parecida, mas em outros níveis, em pequenos países. É o que chama-se de estados predatórios. Os americanos criaram uma nomenclatura chamada de cleptocracia. Porque eles partem do princípio que

→

esses grupos, familiares ou não, querem atingir o Estado para depredar o Estado. É o que ocorre na África, em alguns países da América Central”, nota.

PREJUÍZOS

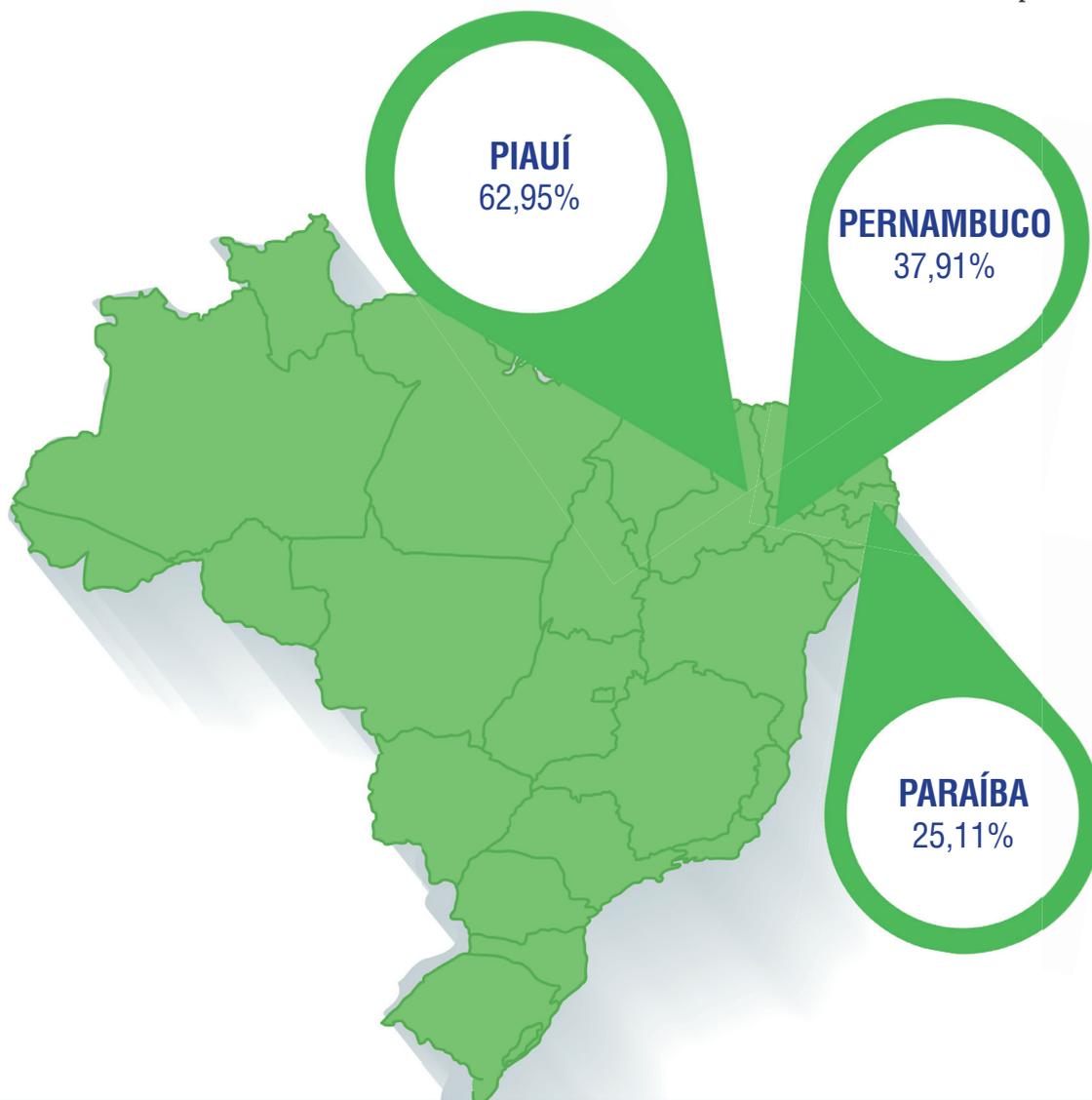
O modelo de disputa política ao qual se refere Vanuccio Pimentel acarreta prejuízos para o sistema republicano. Assim como explica o pesquisador, que é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), os clamados clãs tratam-se de “organizações”. “O primeiro impacto é que

esse tipo de organização mina a estrutura republicana. Isso é sério. Eles não são corruptos, não estão agindo ilegalmente, porque a lei permite. Algumas pessoas poderão recorrer ao apelo moral, mas Maquiavel já dizia que moralidade e política estão separadas. Então, não venha com o argumento moral. Quero dizer o seguinte: que ele é antirrepublicano”, explica.

Os argumentos estão fundamentados em conceitos da Ciência Política. Segundo Nicolau Maquiavel, na república o poder é passado por grupos civis. Como vai escolher quem vai governar, é que é diferente.

No Brasil, o modelo é a democracia. Já na estrutura monárquica, o poder político é passado por laços consanguíneos. Então, quando os prefeitos e as pessoas se organizam para que o poder político sempre fique dentro da família, burla-se a lei e transmite-se o poder para pessoas com laços consanguíneos. É uma descaracterização do sistema.

“Permite-se que essas práticas políticas anacrônicas continuem. Compra-se voto, são oferecidos empregos em troca de apoio, para conseguir se manter no poder. Porque a forma como estas pessoas escolheram



disputar o poder é por meio de uma organização que utiliza subterfúgios para minar a estrutura republicana. E isso é feito de forma planejada, não é por acaso”, complementa.

CONTINUIDADE

A pesquisa sobre clãs terá desdobramentos. Agora, Vanuccio e outros pesquisadores do Laboratório de Políticas Públicas Municipais (LPPM) investigarão o Poder Legislativo Nacional, ou seja, o Congresso.

SOBRE AS QUESTÕES SOCIAIS

Os resultados alcançados pela pesquisa indicam outras possibilidades de análises. A exemplo da observação do comportamento dos grupos envolvidos. O cientista social Ricardo de Paiva e Souza, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor da Faculdade Asces, aponta que é muito difícil traçar um perfil do voto nos municípios. “Porque estamos lidando com grupos que, apesar de estarem na mesma região (Nordeste), possuem características, interesses, motivações distintas”, reforça.

“Estamos lidando com pessoas e, somente isso, é o suficiente para argumentarmos que a forma como estes grupos irão se comportar dependerá de uma série de fatores, inclusive como eles se relacionam entre e si e com os políticos, os líderes dessas organizações denominadas pelo professor Vanuccio de clãs políticos”, explica.

Dentre os fatores que ajudariam a consolidar este voto, estariam: a identificação dos eleitores com a pessoa que está recebendo o voto, o que

pode ser influenciado pela estrutura desses municípios (que, muito pequenos, favoreceriam uma proximidade); questões ideológicas; e, ainda, o que Paiva e Souza chama de “gratidão ao candidato”, ou seja, quando ele é tido como um benfeitor do município, ou do próprio eleitor, alguém que por estar inserido em uma família financeiramente estabelecida, poderia ajudar a estruturar a cidade. Fatores estes considerados antigos nos estudos do voto, mas que ainda podem ser encontrados em pequenos municípios do Nordeste.

Outro fator que poderia contribuir para a existência destas ‘estruturas políticas’ seriam resquícios do coronelismo, vez ou outra, ainda presente na cultura da região. “Não seria tão espantoso encontrar grupos que queiram ou se sintam representados a partir desta realidade. Pessoas que possam ser conduzidas por certos grupos e seu fazer político, os chamados currais eleitorais”, complementa o cientista social.

Ricardo de Paiva e Souza recorre, também, ao conceito sociológico de redes sociais para indicar outras possibilidades de fazer com que estas conjunturas, que Vanuccio chama de clãs políticos, se fortaleçam. Ele sugere que as redes sociais (os grupos de pessoas ou instituições que se relacionam entre si), permitem interações que podem contribuir para o aumento do poder político de um determinado candidato, por exemplo.

“São os familiares, os companheiros de trabalho, os amigos, os vizinhos. São nossas conexões, interações sociais. Indivíduos ou instituições da sociedade que podem levar as pessoas de suas relações a acreditarem ou simpatizarem com um determinado político. Além disso, o

membro de uma determinada rede social, a família, por exemplo, pode expandir uma ideia, ou posição, através de suas conexões com outros grupos, outras redes sociais. Assim, essa ideia, ou posição, flui pela sociedade. Contudo, em municípios menores, esse processo tende a ser mais ativo, uma vez que os laços sociais são mais estreitos ou mais fortes. As redes são mais densas e mais eficientes. Portanto, um candidato daqueles municípios, que tenha esse recurso, o de uma forte rede de relacionamentos, algo que, a grosso modo, podemos chamar de capital social, tem maiores chances de alcançar resultados mais expressivos em uma eleição”, explica.

Relacionando Sociologia e Comunicação, área em que também desenvolve pesquisas, Paiva e Souza destaca que atualmente as pessoas têm mais acesso às informações e suas fontes (a exemplo dos portais de notícias, disponíveis para acesso até mesmo pelo celular, com o uso da internet móvel). Ou seja, a diversificação das fontes de informação, associada aos avanços tecnológicos e, claro, da forma de relação com o outro e com os bens disponíveis, também influenciaria na disseminação daquelas ideias e posições, podendo ampliar ou reduzir a influência dos grupos políticos tradicionais, dependendo de como esses grupos façam uso desses recursos.

“De qualquer forma, a explicação de tendência eleitoral pelas redes sociais e pelo capital social de um candidato, seja pelos antigos meios de relacionamento, seja pelas novas mídias, seria apenas um olhar sociológico - e não exclusivamente sociológico - sobre a questão. De jeito nenhum, o olhar definitivo”, pondera.